

2011

Mobilizações para avanços e conquistas

Começamos um novo ano, que deve ser de mobilizações por nossos direitos, continuamente negados por um governo que tem como objetivo o ataque constante ao serviço público e aos servidores. E a melhor forma de nos prepararmos para este ano de lutas, é tendo como exemplo o ano que terminou. Ano esse em que realizamos diversas manifestações gerais – por reajuste salarial – e específicas, todas denunciando a política deste governo, que através da pressão, da desvalorização do funcionalismo, do assédio moral, da falta de qualificação profissional e da negação incessante de nossos direitos, ataca o serviço público abrindo caminho para as terceirizações e a entrega do patrimônio público para empresas, que lucram, e muito, com as chamadas “parcerias” através da presença das OSs (Organizações Sociais). Continua na página 5

EDITORIAL

Novas perspectivas no governo Dilma

No dia 1º de janeiro, o Brasil tornou concreta a vitória obtida em outubro e assistiu, pela primeira vez em sua história, a uma mulher subir a rampa do Palácio do Planalto como chefe maior da nação. O primeiro operário presidente passava, então, a faixa para a primeira presidenta, um gesto simbólico, histórico e que carrega em si a marca de uma nova era: a de mandatos populares, progressistas, com um olhar especial para enfrentar as mazelas seculares deste jovem país.

Já em seu discurso, Dilma procurou sinalizar como deverá ser sua gestão e reafirmar compromissos essenciais com os brasileiros. Escolheu a segurança, a educação e a saúde como espécie de pilares fundamentais para sua administração. É um justo reconhecimento a áreas sensíveis à população, especialmente a mais pobre. Apesar de já estar ocorrendo pressão de alguns setores para que não sejam priorizadas as diretrizes apresentadas na posse, apontando para privatizações de aeroportos.

No caso da saúde, Dilma reforçou a necessidade de se investir no SUS, fazendo com que ele se torne, de fato, um sistema universal e eficiente de atendimento à população. Ela tem defendido, ainda, o reforço às redes de atenção à saúde e a unificação das ações entre os diferentes níveis de governo, níveis de atenção, apostando na prevenção e na promoção ainda maior aos hospitais públicos e conveniados e às novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), entre outros pontos.

É uma sinalização positiva. O Sindsep espera que a nova presidenta siga no sentido de fazer do Estado o indutor direto de políticas públicas de saúde.



Irene Batista
Presidente do Sindsep

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - JANEIRO DE 2011
Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010
São Paulo SP - Tel/fax: (11) 2129 2999
secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br
Presidente: Irene Batista de Paula

Saiba o que é Assédio Moral

É o mesmo que violência moral:

trata-se da exposição de trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função. São atos cruéis e desumanos que caracterizam uma atitude violenta e sem ética nas relações de trabalho praticada por um ou mais chefes contra seus subordinados. Visa humilhar, desqualificar e desestabilizar emocionalmente a relação da vítima com a organização e ambiente de trabalho, o que põe em risco a saúde, a própria vida da vítima e seu emprego.

A violência moral ocasiona desordens emocionais, atinge a dignidade e identidade da pessoa, altera valores, causa danos psíquicos, interfere ne-



gativamente na saúde e na qualidade de vida.

A Prefeitura do Município de São Paulo passa por total transformação da identidade do servidor público. O trabalhador não é mais conhecido e reconhecido como um agente público e nem tampouco como um executor das políticas públicas elaboradas e definidas pelos governantes.

Hoje, esse trabalhador é visto e tratado como mero cumpridor de tarefas para alcance de metas sem mais levar em consideração a importância do vínculo e relação servidor e usuário.

São inúmeros os conflitos nas relações de trabalho hoje no setor público e o Sindsep tem sido o canal de

recebimento de várias denúncias por parte de trabalhadores, algumas vezes, em situação de desespero.

A maioria das denúncias são plenamente identificadas como assédio moral e ocorrem, principalmente, nas unidades de saúde administradas por Organizações Sociais e subprefeituras administradas por policiais militares, reformados/comissionados.

A Prefeitura tem a Lei 13.288, regulamentada pelo decreto 43.558, que trata do tema e aplicação de penalidades a quem pratica o assédio moral.

Portanto, é importante que todos conheçam essa lei e a utilize em seu favor ou benefício.

Você que se sente assediado no seu local de trabalho, procure o Sindsep para que possamos juntos, politicamente pela negociação ou juridicamente, dar os encaminhamentos necessários ao seu problema

Trabalhador reaja! Não se deixe intimidar! Não se deixe desrespeitar! Venha para a Luta!

AGPPs dos CECCOs na luta pela GAP

No final do ano passado um grupo de AGPPs dos CECCOs (Centros de Convivência), que são da Secretaria de Saúde, procuraram o Sindsep por não terem recebido a GAP em 2010. O argumento da SMG – na época – era de que não estavam enquadrados no decreto regulamentador. É a mesma “lenga-lenga” de sempre: os servidores fazem atendimento ao público, tem recepção na unidade e a prefeitura argumenta que não houve atendimento ao público, parece piada, mas não é. O Sindicato enviou ofício à SEMPLA (antiga SMG) e à SMS exigindo o retorno do pagamento e uma reunião para discutir o assunto. Se você está nesta situação entre em contato com o Sindsep.

Assédio segue acontecendo no CRST de Santo Amaro

No segundo semestre de 2010, foi montada mesa de negociação – proposta e deliberada por maioria qualificada do conselho gestor do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de Santo Amaro (CRST/SA) – coordenada pelo Sindsep. O objetivo era discutir e resolver questões e conflitos relacionados a casos de assédio moral aos trabalhadores. Tais reuniões contaram com a presença da diretora da unidade, representantes da supervisão técnica de saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar, usuários do serviço e trabalhadores. Um dos pontos tratados foi a aplicação da legislação municipal contra esse



tipo de assédio. Apesar das conversações, o Sindsep recebeu na primeira semana de janeiro denúncia de que a diretora do CRST/SA, em reunião com os servidores locais, promoveu retaliação a uma trabalhadora.

Diante do ocorrido, o sindicato entende que o assédio, tido como fato individual, se tornou, neste caso, de caráter coletivo. Por essa razão e por entender que num Estado democrático o trabalhador deve ter seus direitos respeitados, o Sindsep está retomando a mesa de negociações a fim de buscar uma solução para essa difícil situação enfrentada pelos servidores da capital.

OSs não oferecem nenhuma solução efetiva

Uma das marcas inequívocas das administrações demo-tucanas na cidade e no estado de São Paulo é o empenho em desmontar o setor público.

Serra, Kassab e Montone, secretário de saúde, sucateiam as unidades da administração direta em detrimento das OSs. Desde o início da administração quando Serra – via decreto – centralizou completamente todos os atos administrativos, particularmente na área da saúde, para desmontar e centralizar as autarquias e implantar as OSs, haviam claras indicações de que as unidades de saúde da administração direta seriam deixadas para último plano.

Armados de eufemismos como “choque de gestão”, “corte de despesas” ou mesmo “eficiência no gasto público” e protegidos pela couraça da mídia paulista, estes governantes posam de bons gestores.

Porém, basta conhecer o dia a dia da população e os absurdos dessas administrações para perceber que São Paulo se afunda em graves problemas, respondidos com soluções meramente cosméticas e que beneficiam interesses que não os públicos. Conforme informações de João Paulo Cechinel Souza, médico e especialista no assunto, hoje as OSs administram 37 hospitais e 38 ambulatórios

da Secretaria Estadual de Saúde. Na capital, são 11 OSs que administram 358 unidades de saúde. “As que ainda permanecem seguindo aquele perfil administrativo (direto) se encontram sucateadas e pauperizadas ao extremo – e, ao que parece, não existe nenhuma intenção objetiva desses governos em modificar tal situação”, aponta em artigo do site Carta Maior.

O desleixo com as unidades que permanecem sob a tutela pública parece ser uma forma de justificar sua terceirização. Recentemente, a própria prefeitura admitiu que cerca de 80% dos leitos hospitalares da cidade ficarão, nos próximos anos, sob a gestão de entidades privadas.

A prioridade é investir na transferência de equipamentos e recursos públicos para a iniciativa privada. Observa-se que grande parte dos recursos migram para os AMAs, AMES e OSs envolvendo os hospitais do M’Boi Mirim, São Luiz Gonzaga, que também vêm apresentando na mídia denúncias de erros médicos graves: criança se internou com problemas de fimose e faz cirurgia na boca; menina recebe solução de vaselina por via endovenosa; TCM não aprova prestação de contas de OS. Além disso há falta de médicos e de diversos outros profissionais na OS de Sapopemba, conforme relatado

audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo. Vão se acumulando denúncias e problemas no novo modelo implantado no município. A administração apresenta propostas para que as Parcerias Público-privadas, as PPPs – modalidade de contratação onde o setor público e organizações privadas, assumem a realização de serviços ou empreendimentos – articuladas com as OS e com transferência de recursos na ordem de 6 bilhões para o setor privado, criem expectativas de resolver o problema.

Nas administrações direta e indireta, continua a falta de profissionais para atender a população da cidade. Na periferia, falta médico no hospital Tide Setubal, onde recentemente ocorreu um acidente ocasionando a morte de um trabalhador (veja box na página 4), no Hospital do Campo Limpo, houve o fechamento da UTI infantil por falta de pediatra intensivista.

As precárias condições de trabalho no Hospital Saboya fez com que trabalhadores fossem até a sede da autarquia hospitalar reivindicar direitos elementares, como por exemplo, água potável, entre outros tantos problemas presentes também em outras

unidades. Faltam condições mínimas de trabalho no hospital Tatuapé, no Ermelino e etc. Pressão nos locais de trabalho, diferença brutal de salários, repasse irregular de recursos, tem causado instabilidade nas relações profissionais até mesmo para os trabalhadores contratados pelas OS.

O Sindsep continua na batalha para reverter esse quadro. Entre as ações desempenhadas no ano passado está a entrega de dossiê, em conjunto com as demais entidades, ao então ministro da Saúde, José Gomes Temporão e o pedido de revogação da lei federal 9637/98, que regulamenta o funcionamento das OSS.

O fato de o país continuar seguindo pelo rumo aberto por Lula com Dilma Rousseff e a ênfase que a nova presidenta tem dado à questão da saúde dão ao sindicato a esperança de que essa realidade possa ser mudada. Porém, a luta não será fácil, uma vez que contraria interesses de setores poderosos. Por isso, o Sindsep salienta que é preciso haver cooperação e união de servidores e sociedade em prol do fortalecimento do setor público e contra a privatização de serviços essenciais à população.



CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conselhos de Saúde não reconhecem legitimidade de conferência

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, apoiado pelos conselhos estadual e nacional, informou que não reconhece a legitimidade do encontro de saúde realizado nos dias 13 e 14 de dezembro no Anhembi como conferência. A decisão parte do entendimento de que o evento foi realizado à revelia do Conselho Municipal, desrespeitando a lei 8142/90 que garante e regulamenta a participação da comunidade nesses fóruns.

Para o Sindsep, a atitude do governo de excluir o Conselho Municipal da organi-



Grupo de Trabalho da Plenária Municipal de Saúde

zação efetiva da tal conferência fere a autonomia dos conselhos que têm composição tripartite. Portanto, uma conferência não é

legítima se for organizada por apenas um segmento (gestor), que representa apenas uma parte do conselho.

Entende-se também que a atitude do governo tem como objetivo legitimar um proces-

so de privatização da saúde que vem sendo implementado nesta cidade e no estado de São Paulo, o que coloca em risco a saúde pública, estruturada no Sistema Único de Saúde.

A defesa do SUS não é uma tarefa apenas dos usuários do sistema, é responsabilidade de toda a sociedade. Por isso, o Sindsep convoca todos os trabalhadores da saúde do município a se unirem na luta com os usuários na perspectiva de evitar o retrocesso na saúde pública e avançar na consolidação do SUS.

HSPM, até quando o descaso continua?

No dia 28 de setembro de 2010, devido à reestruturação da Secretaria Municipal de Gestão, transformada na nova Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sempla), o prefeito Gilberto Kassab transferiu a administração do Hospital do Servidor Público Municipal da Secretaria Municipal de Saúde para a secretaria remodelada.

Desnecessário dizer que não houve consulta aos legítimos beneficiados pelo hospital: os trabalhadores municipais de São Paulo. Nem o Sindsep, nem o Conselho Gestor do HSPM foram consultados ou mesmo informados previamente, tomando conhecimento somente através do Diário Oficial.

No que diz respeito aos trabalhadores, a mudança manteve o descaso com que têm sido tratados. Os funcionários continuam sem reajuste salarial há mais de 15 anos, à mercê de um PCCRS que não atendeu aos anseios da classe trabalhadora, sem progressão e promoção desse plano prevista para 2007 – pagos somente depois de mui-

ta luta em 2010 – e sem contar sequer com os parcos reajustes salariais dados aos servidores estatutários.

A situação levou os trabalhadores a uma greve de cinco dias, suspensa para negociação com o secretário adjunto de Sempla. Na mesa de negociação, o representante do secretário Rubens Chammas prometeu que a transferência melhoraria a situação do hospital, pois reuniria na mesma secretaria todos os órgãos que dizem respeito aos trabalhadores municipais. Além disso, prometeu atender às principais reivindicações escalonadamente com tratamento igualitário entre os celetistas e os estatutários.

Em discussão posterior, o Sindsep entregou à administração levantamento provando que os trabalhadores do HSPM recebem abaixo dos estatutários e apontou uma série de divergências entre os PCCRS da Saúde, do Nível Universitário e do PCCRS do HSPM sempre em detrimento dos empregados públicos do HSPM.



Passeata dos funcionários do HSPM durante a greve em 2010

No dia 29 de dezembro, o prefeito, mais uma vez sem consultar o Sindsep nem o Conselho Gestor e sem qualquer explicação, devolve o HSPM para a Secretaria Municipal de Saúde. Será que a administração não sabe o que fazer com o hospital dos servidores? Será que o problema é o orçamento do hospital, que embora realize milhares de consultas, exames e procedimentos e mantenha leitos ativos, recebe bem menos que os parceiros das Organizações Sociais de Saúde? Ou será que o prefeito não tem uma política de saúde concreta e consistente para a população e não toma providências para suprir o centro da cidade

de São Paulo com um pronto-socorro com retaguarda mínima de leitos e usa o hospital dos servidores para fazer de conta que presta um atendimento de saúde digno para a população?

O resultado deste descabro e da total falta de definição para o atendimento de saúde dos trabalhadores municipais de São Paulo é o abandono e as constantes denúncias.

Será que estamos diante de uma estratégia que pretende retirar dos trabalhadores municipais seu único patrimônio, de mais de 50 anos de luta, que é o Hospital dos Servidores Públicos Municipais? O tempo dirá...

Incêndio com morte no Tide Setúbal

No dia 20 de dezembro – em um setor que estava passando por reformas do Hospital Tide Setúbal – ocorreu um acidente com explosão seguida de incêndio, atingindo



Sala foi totalmente destruída

quatro trabalhadores, sendo três de empresa terceirizada. Dos quatro, dois tiveram ferimentos leves, dois com gravidade, sendo que um veio

a falecer 10 dias após, no Hospital do Tatuapé. O diretor do Hospital e o engenheiro do Ssmat informaram que está sendo feita investigação, sendo que, as primeiras ações foram realizadas

pelo corpo de bombeiros, o Sindsep está acompanhando o desenrolar das investigações através dos seus representantes.

Bombeiros terão de dirigir ambulâncias

Mais um péssimo exemplo de descaso com o serviço público está sendo dado pela Prefeitura de São Paulo. A administração municipal não vai renovar contrato com os 409 motoristas do Samu e para substituí-los, quer que os bombeiros trabalhem em sua folga dirigindo 176 ambulâncias e 80 motolâncias. O sindicato da categoria informou que perderão o emprego motoristas que trabalharam, em alguns casos, seis anos no Samu sem direito a férias e a 13º salário. O contrato deles se encerrou em 17 de novembro.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Servidores discutem CIPAs e Planos de Emergência

Foi realizada no dia 08 de dezembro a 5ª plenária de cipeiros do Sindsep como conclusão do trabalho, realizados em 2010, com a participação entre outros setores.

Avaliou-se o tema como fundamental para os cipeiros especialmente em unidades de saúde, subprefeitura e demais órgãos instalados em grandes prédios. Definiu-se que é necessário um processo de planejamento e treinamento dos trabalhadores em relação à evacuação nos casos de combate a incêndio e sinalizações necessárias, principalmente onde as condições de trabalho não são adequadas.

As dificuldades para que as Cipas realizem seu trabalho são muitas,

sempre por parte da administração que muito colabora para inviabilizar o trabalho das CIPAS, não dando a estrutura necessária para suas ações.

Na maioria dos casos, as CIPAS, por interferência dos gestores, têm dificuldade nas investigações, nos levantamentos das condições de trabalho, dificilmente consegue associar os adoecimentos, as readaptações, afastamentos e mortes, as condições de trabalho.

O Sindsep vem negociando com a administração, a implantação de CIPAS em todas as unidades da prefeitura, de acordo com a Lei Municipal 13.174/01, que é baseada na NR5 com melhorias.

ZONOSSES

Sindicato convoca trabalhadores para discutir melhorias

O Sindsep está convocando os trabalhadores de zoonoses para reunião no dia 27 de janeiro, às 15h, na sede do sindicato, com o objetivo de iniciar a mobilização dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Motivos para essa luta não faltam. O ano de 2010 terminou com um triste número na cidade de São Paulo: foram notificados mais de cinco mil casos de dengue. A quantidade alarmante de infectados, no entanto, parece não ter sensibilizado a administração municipal, que segue cometendo os mesmos erros no combate ao mosquito causador da doença. Ao todo, mais de 600 trabalhadores de zoonoses foram dispensados.

Também foi imposta aos profissionais a transferência para as Unidades Básicas de Saúde, onde as péssimas condições de trabalho emperram a assistência à população, e estabelecida uma organização de trabalho que não atende às necessidades de combate às endemias na cidade. Soma-se a isso o fato de até hoje os trabalhadores não terem recebido uniformes.

Como se não bastasse tudo isso, a gestão municipal persiste no não reconhecimento do trabalho do agente de zoonoses como carreira específica

da saúde, conforme determinado na Emenda Constitucional 51 de 2006, e continua pagando à categoria o salário de R\$ 440,00, menor do que o mínimo de R\$ 545,00 que deve ser adotado em 2011.

O Sindsep, juntamente com os trabalhadores, luta para que a administração pública municipal cumpra o disposto na EC 51, bem como a lei de segurança no trabalho e a determinação do Ministério da Saúde estipulando em 4 mil o número de trabalhadores de combate às endemias na cidade. Ao mesmo tempo, o sindicato busca pressionar para que não haja demissões e que os agentes recebam remuneração digna pelo seu trabalho.

Preconceito - Também tem merecido atenção do sindicato a situação de M. de 42 anos, soropositivo, que não pode exercer sua função como agente de zoonoses mesmo depois de ter passado em concurso público. Segundo a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo concurso, o candidato foi considerado inapto por ter uma alteração no fígado que aumentaria o risco de sua "intoxicação pelo uso de inseticidas e contaminação por exposição a agentes biológicos".



Agentes de Zoonoses em reunião na Sede do Sindsep em 2010

Mobilizações para avanços e conquistas

Não existe outro caminho, a não ser avançar em nossa organização, através de eleição de representantes

sindicais nos locais em que ainda estes não existem, e, mobilização, para pressionarmos este governo a nos conceder direitos que são negados há muitos anos.

Os servidores que são Agentes de Apoio de Zoonoses, sabem qual é o caminho, pois centenas de contratados em 2001, que teriam, segundo a Constituição (emenda 51) direito a estabilidade e um piso salarial nacional, tiveram que manter-se em alerta o ano todo, obrigando o governo a renovar seus contratos, para que não fossem demitidos. Para estes servidores a garantia do emprego é uma conquista, mas há muito a avançar, pois a vitória completa se dará apenas com a estabilidade conquistada.

Os servidores do Nível Universitário passaram todo o primeiro semestre em mobilização contínua pela conquista da GDA (Gratificação por Desenvolvimento de Atividade), direito que foi conquistado para Assistentes Sociais e Pedagogos, mas ainda falta a regulamentação para que estes servidores recebam 100% da Gratificação e que ela seja concedida para todas as carreiras que ainda não recebem.

Na educação tivemos uma importante conquista, com reajustes previstos para os três próximos anos, mas ainda precisamos conquistar um PDE que não seja punitivo, melhores condições de trabalho, a aposentadoria integral para as professores que trabalham em CEIs (Centros de Educação Infantil), além de outras reivindicação deste setor.

Os servidores do HSPM que tiveram um reajuste negociado há quase um ano e meio que está na Câmara

2011

e até agora nada de ser implementado, indicaram o caminho, com uma heroica greve pelos seus direitos.

Na saúde, a desregulamentação avança a passos largos, através da presença das OSs, que não respeitam os direitos básicos dos servidores e tem no assédio moral sua política de gestão.

Todas estas lutas específicas que estaremos encabeçando em 2011, somam-se a luta geral contra a mudança da atual lei salarial, que permite ao governo conceder os absurdos 0,01% de "reajuste". Em 2010 realizamos uma audiência pública e várias manifestações por uma nova lei salarial, e neste ano que se inicia, esta deve ser nossa prioridade, pois a situação de estarmos a quase 15 anos sem reajuste de verdade, é escandalosa.

Também devemos pressionar os vereadores, para que votem o projeto de gratificação para o nível básico e médio, que foi apresentado mas não foi votado. O Sindsep tem uma proposta de texto substitutivo, construída em reuniões com servidores, representantes de várias carreiras, para que esta gratificação seja estendida a todos que estão nas autarquias, aposentados e pensionistas.

Em um ano em que o prefeito Kassab tenta criar uma nova base política, com a eleição de seu antigo líder de governo, o vereador José Police Neto, como presidente da Câmara, é necessário redobrar a pressão e a mobilização para que conquistemos tudo aquilo que é nosso direito e ainda denunciar este governo que tem como objetivo o desmantelamento do serviço público. E para isso, o Sindsep é nosso instrumento, pois um sindicato cada vez mais forte é a melhor ferramenta que temos nesta luta!

Servidores do Artur Saboya seguem mobilizados

Os trabalhadores do hospital Arthur Ribeiro de Saboya, no Jabaquara, e a coordenadora da região, realizaram em 2010 assembleias que resultaram em documento com diversas reivindicações focadas na melhoria das condições de trabalho no local. Os servidores participaram ainda de reuniões com a autarquia central e entregaram, junto com representantes do Sindsep, o documento exigindo respostas às suas demandas; a última delas aconteceu

no dia 17 de dezembro. A coordenadora da região e os trabalhadores estão atuando conjuntamente, o que tem se revertido em algumas melhorias para a unidade. Dentre as vitórias obtidas, uma que soa absurda: finalmente foi restabelecido o fornecimento de água potável para os funcionários da Emergência e do Pronto Socorro. Para o Sindsep, a participação dos trabalhadores é o mais importante para se avançar nas conquistas.

PDE 2010: mantidas as regras punitivas!

Após 3 meses de negociação com os sindicatos ligados aos servidores da Educação, os representantes da Secretaria não deram um passo à frente e nada mudou nas regras para o pagamento do PDE (Prêmio de Desenvolvimento Educacional). Parece piada de muito mau gosto, mas é isso mesmo: após 3 meses de reuniões semanais a conclusão foi que a segunda parcela do PDE 2010, a ser paga em janeiro de 2011, manterá as mesmas regras do último ano.

Fica mantido o valor máximo de R\$ 2.400,00 (descontado o valor pago no meio do ano), os critérios de descontos individuais (10% de desconto no valor para cada dia de falta, o que inclui abonadas, licenças médicas, e outras licenças) e critérios coletivos (pagamento pelo índice de ocupação escolar nas unidades).

A posição do Sindsep foi de mudanças no PDE, começando pelo valor, pois se em 2010 a Secretaria de

Educação teve 500 milhões de reais em verba não aplicada, e aumentando a receita da Secretaria para 2011, nada justifica a manutenção do valor máximo, que está congelado há vários anos, e não acompanha nem as perdas da inflação no período.

O posicionamento também foi contrário ao desconto sobre faltas abonadas ou licenças médicas, pois estes são direitos adquiridos pelos servidores, e sua efetivação caracteriza o caráter punitivo do atual PDE, pois que outra palavra podemos dar ao desconto quando os servidores utilizam-se de seus direitos? Para nós, punição...

É necessário denunciarmos também o que significa o tal critério coletivo da taxa de ocupação escolar. A ocupação escolar tem ligação direta com a política de governo, sua capacidade de criar políticas públicas e atrair os jovens e adultos para a sala de aula. Portanto o agente de apoio, ATE, pro-



fessor, e demais profissionais que estão no dia a dia da escola, não podem ser avaliados sobre a base de um critério que é de responsabilidade do governo municipal e suas diretrizes.

Em 2011 continuaremos defendendo estas posições, para discutir o valor e critérios do PDE que se iniciam em fevereiro. Se a negociação terá mais

tempo em 2011 – já que para o governo, 3 meses de discussão não foram suficientes para nenhuma mudança no PDE –, defenderemos em todos os momentos que o PDE torne-se de fato um prêmio, e não uma punição, onde servidores abrem mão de abonadas e vão inclusive trabalhar doentes, para que não tenham descontos.

A forma que o governo trata esta questão do PDE é uma clara demonstração de sua política: ao não reconhecer direitos históricos dos servidores, e ao punir com descontos no prêmio, indica que aquilo que apresenta como benefício, no caso o PDE, na verdade é uma ferramenta de controle. Por entenderem que o fato da Educação ser uma das secretarias que mais tem licenças médicas, deve ter origem em um suposto “corpo mole” dos servidores, quando na verdade é resultado direto de uma política que não apresenta condições materiais e pedagógicas para o desenvolvimento de suas funções.

DENÚNCIA

Em defesa da organização sindical

O direito dos servidores se organizarem em sindicatos, e os dirigentes sindicais terem o direito a liberação sindical – para que possam dedicar-se em tempo integral na luta em defesa dos direitos dos servidores – é uma conquista histórica do movimento sindical no Brasil.

O Sindsep, desde que existe tal legislação, tem dirigentes liberados de diversas secretarias que representa, como a Educação (uma das secretarias que mais tem servidores filiados), devido ao seu caráter de sindicato geral.

Porém, no final do ano passado – justamente entre o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais – foi cometido um brutal ataque ao Sindsep e a liberdade de organização sindical. A prefeitura cassou a liberação sindical de 3 diretores do Sindsep que são profissionais do quadro da educação (QPE). Tomou esta atitude, sob a absurda justificativa que a lei que define o quadro da educação (Lei 14.660) diz que as liberações sindicais da educação devem ser de sindicatos deste setor!

Mas o Sindsep é um sindicato geral e

legítimo representante dos servidores da educação, tendo participado de todas as negociações ocorridas na SME e sendo membro permanente da mesa de negociação da secretária! Tal postura é tão absurda, que todos os sindicatos ligados a educação (Sinpeem, Sedin, Sinesp e Aprofem) manifestaram-se contrários a decisão, e inclusive os representantes do governo na mesa de negociação da educação registraram o absurdo de tal postura... Porém, não deram um passo para reverter esta situação!

Entendemos que esta é uma retaliação ao Sindsep, que passou o ano denunciando o governo Kassab, através de inúmeras atividades públicas, contra seu ataque aos servidores e ao funcionalismo.

Uma campanha de moções está em curso, há também um abaixo-assinado, que se encontra no site do Sindsep, contra este ataque

Continuaremos lutando contra este absurdo e indo até as últimas consequências de todas as formas possíveis, para garantir este direito de liberdade de organização sindical.

CEUS

Queremos concursos e não contratações temporárias

Recentemente foram abertas contratações temporárias para especialistas em Biblioteconomia e Educação Física (de um ano podendo ser renovadas por mais um) para trabalharem na gestão dos CEUs (Centros Educacionais Unificados).

A função destes profissionais é primordial, pois enquanto o bibliotecário é o responsável técnico pelas bibliotecas municipais existentes em todos os CEUs, os profissionais em educação física concentram as atividades de esportes nos CEUs, com uma grande demanda de aulas e treinamentos em diversas modalidades. O planejamento anual de atividades e a escala de trabalho devem ser planejadas com antecedência entre as equipes de cada CEU, e a importância do planejamento anual é fundamental.

Portanto, qual a razão para que seja feita uma contratação temporária e não a abertura de concurso público? As vagas não preenchidas em cada CEU para especialistas não estão preenchidas pelo menos 1 ano, já que em 2010 a Secretaria de Educação resolveu não realizar concurso de remoção para estes profissionais, sob a alegação que as equipes já estavam definidas em cada unidade. Em 2009 conquistamos o direito a concurso de remoção deste profissionais.

Exigiremos da SME o imediato cronograma para concurso públicos de vagas efetivas para estes profissionais, e, já que haverá contratação temporária, o direito a remoção para todos os atuais especialistas de CEUs interessados em trabalhar em outras unidades.

EDITAL DAS ELEIÇÕES DE 2011 PARA A RENOVAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DO SINDSEP

O Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo – SINDSEP-MUNICIPAIS DE SÃO PAULO, com sede na Rua da Quitanda, 162, Centro, São Paulo/SP, CEP 01012-010, representado neste ato por sua presidente IRENE BATISTA DE PAULA faz saber que nos dias 15, 16, 17 e 18 de março do ano de 2011, realizar-se-ão as eleições para renovação da Diretoria Executiva da Entidade e de seu Conselho Fiscal.

DO HORÁRIO DA VOTAÇÃO, DAS URNAS FIXAS E VOLANTES

A votação ocorrerá em 64 (sessenta e quatro) urnas volantes e em 6 (seis) urnas fixas, a saber:

- 1) Sede – Rua da Quitanda, 162, Centro,
- 2) HSPM – Hospital do Servidor Público Municipal – Rua Castro Alves, 60, Liberdade
- 3) Hospital Municipal Doutor Carmino Caricchio (Hospital do Tatuapé) – Avenida Celso Garcia, 4815, Tatuapé
- 4) Hospital Municipal Doutor Fernando Mauro Pires da Rocha (Hospital do Campo Limpo) – Estrada de Itapeperica, 1661, Vila Maracanã
- 5) Hospital Municipal Professor Waldomiro de Paula (Hospital de Itaquera) – Rua Augusto Carlos Baumann, 1074, Itaquera
- 6) Hospital Municipal Tide Setúbal (Hospital de São Miguel) – Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123, São Miguel Paulista.

Nas urnas destinadas a colher votos em unidades onde não haja plantão noturno, o horário de votação se estenderá das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas. Nas urnas destinadas à coleta de votos em unidades onde haja plantão noturno, bem como, nas urnas fixas instaladas em hospitais, o horário de votação estender-se-á das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

DO REGISTRO DE CHAPAS

O prazo para inscrição das chapas é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir de 18 de janeiro de 2011, no horário das 8 (oito) às 12 (doze) horas e das 13 (treze) às 17 (dezessete) horas, exclusivamente em dias úteis, na Sede da entidade, localizada na Rua da Quitanda, nº 162, Centro, São Paulo/SP, onde funcionará a Secretaria do Sindicato para este fim.

QUÓRUM

Não alcançado o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) do número de sindicalizados aptos a votar, ou na hipótese de empate entre as chapas concorrentes, o segundo escrutínio ocorrerá no dia 04 de abril de 2011, nos mesmos locais de votação e nos mesmos horários acima dispostos, e com quorum mínimo de 20% (vinte por cento) do número de sindicalizados aptos a votar. Da mesma forma, havendo novo empate ou não tendo sido alcançado o quorum no segundo escrutínio, o terceiro escrutínio ocorrerá no dia 26 de abril de 2011, sem quorum pré-estabelecido, nas mesmas condições.

São Paulo, 17 de janeiro de 2011.

IRENE BATISTA DE PAULA
Presidente

Avanços em 2010, muita luta em 2011

O ano de 2010 foi marcado por importantes ações do Sindsep. Ainda que muitas demandas permaneçam na pauta de reivindicações da categoria, há muito que comemorar especialmente quanto à mobilização dos trabalhadores em torno do pagamento das Gratificações por Desempenho de Atividade e da redução de jornada de trabalho para os assistentes sociais.

No caso das GDAs, a resposta demorou dois anos e meio, considerando que os primeiros trabalhadores passaram a tomar conhecimento da gratificação a partir de lei instituída em novembro de 2007. Mobilizados, os servidores pressionaram a administração municipal, levando a viceprefeita e secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Alda Marco Antônio, a finalmente se posicionar sobre a questão.

O resultado é que os trabalhadores conseguiram estender este direito, ainda que parcialmente, aos assistentes sociais e pedagogos. Segundo fontes oficiais da prefeitura, a diferença retroativa a setembro de 2010 será paga em fevereiro. O Sindsep espera que desta vez a administração municipal não fique apenas na promessa e acompanha de perto a movimentação a fim de continuar reivindicando o direito dos servidores.

Da mesma maneira, a redução da jornada foi uma conquista resultante da mobilização dos trabalhadores. Apesar da pressão de suas chefias que têm sistematicamente apelado para o assédio moral, os servidores mantiveram ativa sua luta. Foi assim que os assistentes sociais finalmente viram ser atendida uma demanda que se arrastava desde a década de 1980.

No rastro da redução de jornada, fisioterapeutas e terapeutas ocupacio-

nais viram sua luta ser fortalecida e passaram a reivindicar o mesmo direito por eles conquistado em lei federal de 1994 e aplicado de forma obtusa pelo então prefeito Paulo Maluf, que reduziu os salários num total desrespeito à conquista deste setor. O Sindsep avalia a possibilidade de ajuizar ações ou buscar mesas de negociação para tratar da questão. Da parte dos trabalhadores, o sindicato buscará organizá-los de maneira mais efetiva.

O sindicato buscará também reverter uma das maiores dívidas do prefeito Gilberto Kassab – o reconhecimento da GDA aos profissionais de nível universitário que atuam como, bibliotecários e técnicos de Educação Física – e continuará lutando pela garantia dos mesmos direitos aos profissionais de nível universitário que ocupam funções na prefeitura e dos profissionais que são do QPS (Quadro dos Profissionais da Saúde) não lotados na Secretaria Municipal da Saúde e todas as funções de nível universitário não contemplados.

O presidente da Câmara Municipal, José Police Neto, se comprometeu com os servidores públicos em abrir maior espaço de diálogo, intermediando as negociações entre prefeitura e sindicato. Neste sentido, vamos cobrar, logo no primeiro de atividades da Câmara, o dia 1º de fevereiro, uma reunião com o nosso sindicato para termos uma posição mais clara.

A direção do Sindsep tem reafirmado sua posição combativa na luta por essas bandeiras, mas pede à categoria que se mantenha mobilizada. Por isso, marcou atividade para o dia 1º de fevereiro, às 14 horas na Câmara Municipal de São Paulo.



1º de fevereiro - 14 horas
Todos à Câmara
Municipal de São Paulo
VIADUTO JACAREÍ, 100

Uma das maiores campanhas salariais

Dia 2 de dezembro, no Congresso Nacional, durante audiência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público requerida pelo deputado Eudes Xavier e presidida pelo deputado Vicentinho, foi lançada pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Brasil (Confetam/CUT) a campanha salarial da categoria para 2011. O evento contou com a presença do dirigente do Sindsep e Secretário Geral da Confetam, Leandro de Oliveira e de lideranças sindicais de todo país que, depois da audiência, partici-

param de debate no Ministério da Educação.

A entidade, maior confederação do país, estipulou como pauta mínima da campanha oito reivindicações: ganho real de salário; regulamentação da negociação coletiva; PCCR para todos os servidores municipais; reajuste do piso do magistério; piso nacional da saúde; concurso público; implantação das mesas SUS/SUAS e orçamento participativo.

Segundo dados do Dieese, o Brasil conta hoje com 5.564 municípios, dos quais 4.500 têm menos de 30 mil habitantes. A Confetam representa



Lançamento da campanha no Congresso Nacional em Brasília

quatro milhões de servidores concursados dos quais dois milhões na área da educação. É este contingente, atuante neste grande universo de municípios, que deverá ser mobilizado para encampar a luta pelas bandeiras do funcionalismo e protagonizar o lançamento da campanha em suas

idades. A meta é que nos próximos meses a união entre os servidores de todo país seja capaz de pressionar os governos para o estabelecimento de políticas que possibilitem a melhoria das condições de trabalho e salário e da qualidade no serviço prestado à população.

Presidente e diretora do Sindsep recebem prêmios

A presidente do Sindsep, Irene Batista, foi uma das homenageadas no "11º Prêmio Palmas para Nossas Guerreiras" realizado pela Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras de São Paulo, no dia 15 de dezembro de 2010, em São Paulo. "Foi lindo, fiquei agradecida e muito emocionada por ter recebido este prêmio" disse Irene.



Nilza Anésio de Oliveira, diretora do Sindsep, recebeu, no dia 10 de dezembro de 2010, do CDHS (Centro de Direitos Humanos Dias Santos) o X Prêmio de Direitos Humanos do Sapobemba, na categoria "Pessoa Humana". Mulher determinada, com posicionamentos claros em favor dos excluídos e particularmente a mulher negra.

Sai o primeiro precatório de 2011

O primeiro precatório do ano saiu para o agente de zoonoses Naor Gessé Brasileiro, da Subprefeitura da Penha. Trata-se de um dos casos pendentes junto à Prefeitura de São Paulo, que decidiu aumentar os recursos destinados ao pagamento dos precatórios municipais a partir deste ano. A tomada de posição da administração resulta de decisão da Justiça segundo a qual a lista de credores deverá ser finalizada em 15 anos.

Em decreto publicado no dia 31 de dezembro no Diário Oficial da Cidade, o prefeito Gilberto Kassab elevou de 1,5% para 2,55% o percentual da receita corrente líquida do município que será destinado para as dívidas acima de R\$ 12.905,78.



Naor recebe cheque. Ao lado, Irene, do Sindsep

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município e São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO ESPECIAL
6589/01-DRSPM
SINDSEP
CORREIOS

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP		
PARA USO DO CORREIO	DATA	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM
<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindicó	ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

